



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO PÓS-PANDEMIA:

dilemas e potencialidades da inter-relação com a comunicação

JEFFERSON LEE DE SOUZA RUIZ ¹

RESUMO

“Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2017, p. 256). A famosa reflexão marxiana não incide apenas no início da história humana. Está presente em distintos momentos conjunturais. Impacta diversas dimensões da vida, inclusive a formação profissional. Em momentos de alta evolução científica e tecnológica ela ganha exemplos mais concretos, como é o caso da internet. O artigo socializa reflexões acerca de experiência docente desenvolvida após o pico da pandemia da Covid-19 no Brasil. As relações entre comunicação e formação profissional estão entre suas preocupações centrais.

Palavras-chave: formação em Serviço Social; comunicação; espécie humana.

RESUMEN

“Al actuar sobre la naturaleza externa y modificarla a través de este movimiento, modifica, al mismo tiempo, su propia naturaleza” (MARX, 2017, p. 256). La famosa reflexión marxista no se centra sólo en el comienzo de la historia humana. Está presente en diferentes momentos coyunturales. Afecta varias

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

dimensiones de la vida, incluida la formación profesional. En momentos de alta evolución científica y tecnológica adquiere ejemplos más concretos, como es el caso de internet. El artículo socializa reflexiones sobre la experiencia docente desarrollada después del pico de la pandemia de Covid-19 en Brasil. Las relaciones entre comunicación y formación profesional se encuentran entre sus preocupaciones centrales.

Palabras clave: formación en Trabajo Social; comunicación; especie humana.

1. REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E AS NECESSIDADES HUMANAS

O debate acerca do que caracteriza trabalho – e, por consequência, se o Serviço Social se inclui nestas atividades – persiste presente nos círculos profissionais. É possível reconhecer a importância das reflexões marxianas acerca da transformação da natureza e da autotransformação da espécie ainda que tenhamos a percepção de que o trabalho envolve mais que a produção social de riquezas, adicionando-lhe a reprodução social, como faz Iamamoto (2009). Afinal, “A história – como entendida por Marx e Engels – começa no momento em que os homens transformam a natureza e a si mesmos por mediações criadas, também, por sua relação com a natureza” (SARTORI, 2010, p. 63). Em outras palavras,

O ser social se revela não como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas como uma estrutura que resulta da autoatividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades – é uma estrutura historicamente inconclusa, apta a reconfigurar-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 42)

Assim, a importância e centralidade da transformação da natureza para atender a necessidades de nossa espécie não se limitam ao momento em que seres humanos se constituem enquanto espécie natural e social. Momentos de alta evolução científica e tecnológica costumam vir acompanhados de mudanças de comportamentos, atitudes, novas demandas humanas. O campo da comunicação é repleto de tais alterações. O rádio mudou a forma como as pessoas organizavam seus horários diariamente (HOBSBAWM, 2001, p. 195). A televisão modificou a organização de cômodos das residências, incidiu sobre a forma como as pessoas se vestiam (BUCCI, 2004). Rádio e televisão, juntos, à época de sua popularização, reduziram a frequência de pessoas em assembleias trabalhistas e outras

organizações coletivas:

Os sindicalistas ou membros de partidos que outrora iam às assembleias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento agora podiam pensar em formas mais atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes. (HOBBSAWM, 2001, p. 301)

O advento da *internet* alterou a relação das pessoas com a vida: teletrabalho; contato imediato com familiares em creches, escolas e outras localidades; formas de expressão da própria sexualidade etc. Pouca coisa restou (se há) imune ao avanço de novas possibilidades de sociabilidade abertas por tais conquistas e produções sociais. Mesmo do ponto de vista dos debates acerca do direito à comunicação (RUIZ, 2009), movimentos sociais foram – e persistem sendo, constantemente – levados a rever suas definições para tal defesa. Ao invés de limitar suas reivindicações ao acesso à informação e à cultura sem censura (questionamento típico do período ditatorial brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980), adicionam-lhes a exigência de condições para produzir e distribuir conteúdos para grandes públicos (INTERVOZES, 2009).

O rádio, a televisão e a *internet* são apenas parte do “terremoto tecnológico” (HOBBSAWM, 1995, p. 260) que, dentre vários outros processos, “transformou absolutamente a vida cotidiana” em países ricos e pobres (Loc. cit.). O autor marxista inglês reconhece, ao longo desta sua obra, o impacto da chamada revolução tecnológica sobre áreas tão distintas quanto crescimento econômico, efeitos sobre a mão-de-obra disponível para a indústria, pesquisa e desenvolvimento, transportes e comunicações etc.

A formação profissional não fica imune a tais processos. Neste artigo, pretendemos demonstrá-lo a partir de reflexões oriundas da docência universitária em disciplina introdutória ao Serviço Social, oferecida a estudantes ingressantes em uma universidade pública brasileira e nas duas primeiras turmas após o retorno presencial às aulas, posteriormente ao modelo remoto emergencial adotado nos meses de maior incidência da Covid-19 no Estado e no Brasil.

2. TECNOLOGIA, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2013, Crary (2014) alertava para o objetivo do capital estadunidense de nos transformar

em pessoas ativas 24 horas por dia, sete dias por semana (de onde vem a fórmula 24/7). Uma de suas constatações é a de que já consumíamos, potencialmente, 24 horas por dia – e um dos instrumentos que viabilizavam tal consumo era, exatamente, a utilização da *internet*. Do ponto de vista do trabalho, ainda que já estivéssemos sob impacto de tarefas que já não respeitavam a carga horária prevista (ou não) em contratos, haveria uma “última barreira restante, a única ‘condição natural’ persistente que o capitalismo não pode eliminar” (Idem, p. 84): o sono. Afinal,

O sono é uma interrupção sem concessões no roubo do nosso tempo pelo capitalismo. A maioria das necessidades aparentemente irreduzíveis da vida humana – fome, sede, desejo sexual e recentemente a necessidade de amizade – foi transformada em mercadoria ou investimento. O sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade, e desse modo permanece uma anomalia incongruente e um local de crise no presente global. (Idem, p. 20)

Ainda segundo o autor, o sono “pode ser análogo a outros limiares nos quais a sociedade poderia defender ou proteger-se a si mesma” (Idem, p. 34).

Outras dimensões da vida social contemporânea têm sido rapidamente assimiladas como campos de possibilidades para as lógicas e estratégias de acumulação capitalistas. No que diz respeito à comunicação, pode-se constatar com relativa facilidade medidas como a privatização da telefonia, a mercadorização de conteúdos e serviços comunicacionais, a alta lucratividade possível em tais ações, que vão se configurando em estratégias cada vez mais universais. Não apenas em sentido geográfico, mas naquele que se refere ao impacto gerado sobre o conjunto da população do planeta.

Uma das características de vários cursos de Serviço Social pelo Brasil – assim como de diversas áreas do conhecimento, impactadas com a revolução das cotas sociais e raciais como uma das formas de acesso à universidade – é a maior convivência com estudantes que trabalham. Parte significativa do tempo deste público está dedicada a tarefas que – diga-se de passagem, como ocorre com o trabalho docente – não se desligam ou esvaem no momento em que acaba a jornada diária de trabalho. O tempo de atividades profissionais *on-line*, em geral não pago, constitui mais uma forma de exploração do trabalho alheio.

No que se refere à educação, uma das diversas consequências de tal forma de (re)organização do tempo pode ser constatada em quaisquer conversas com docentes de nossos cursos: há uma crescente dificuldade e/ou recusa à leitura dos densos e indispensáveis textos que conformam a formação crítica em Serviço Social.

O advento da pandemia da Covid-19 só agravou tal processo. A imposição do teletrabalho e

do tele-estudo, modalidades anteriormente exploradas apenas por determinados segmentos da produção de riquezas e/ou do conhecimento, tornou-se realidade praticamente universal. Passado o maior pico da pandemia em países como o Brasil (que, registre-se, permanece com altos registros médios de contágio e mortes advindos do coronavírus quando em comparação com países que adotaram políticas conhecidas como de “contágio zero”), o retorno à formação presencial tem convivido com culturas distintas de estudantes que iniciaram suas graduações em formatos mediados por telas. Elas incidem não apenas sobre o conteúdo sobre o qual dialogamos em salas de aula, mas, também, sobre a tradição participativa e de reflexão e deliberação conjunta que acompanha parte significativa do Serviço Social brasileiro há décadas.

A este processo somam-se características de pertencimento social deste público. As turmas de primeiro período de um curso de Serviço Social de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro o demonstram. Vejamos alguns dados.

A disciplina Serviço Social na Atualidade ofertada à primeira turma ingressante no retorno ao ensino presencial foi frequentada por 49 estudantes (dentre 52 inscrições iniciais). 38 afirmavam ter identidade de gênero feminina; 11, masculina. 13 habitavam em outras cidades, que não a capital do Estado (onde o curso é ministrado). Em levantamento adicional de características sociais, proposto pelo docente responsável para aprimorar o diálogo e os exemplos utilizados em sala, dentre 38 respostas obtiveram-se os seguintes dados: sete estudantes tinham filhos; 21 trabalhavam, apenas três com jornadas inferiores a seis horas diárias; dentre os que não o faziam, três alegavam ser em função de desemprego; dez desenvolviam outras atividades de estudo, além do curso de Serviço Social; 26 tinham entre 18 e 25 anos; sete, entre 26 e 40; cinco, mais de 41 anos de idade. Esta primeira turma teve contato com a disciplina inicialmente em formato remoto; posteriormente, em função da necessidade de distanciamento social, em formato híbrido (2/3 em sala de aula, presencialmente; 1/3 em casa, acompanhando a atividade na modalidade *on-line*); e, afinal, toda ela presencialmente.

A segunda turma da mesma disciplina, ingressante no semestre imediatamente seguinte, vem sendo frequentada por 55 estudantes (dentre 62 inscrições iniciais). 42 afirmam ter identidade de gênero feminina; 13, masculina. Em 47 respostas obtidas no mesmo levantamento realizado com a turma anterior, 11 residem em outras cidades que não a capital do Estado (onde o curso é ministrado). Onze estudantes têm filhos; 25 trabalham, apenas sete com jornadas inferiores a seis horas diárias; 14 desenvolvem outras atividades de estudo, além do curso de Serviço Social; 16 têm entre 18 e 20 anos; 20, entre 21 e 30;

quatro, entre 31 e 40; seis, acima de 40 anos de idade (uma resposta não identifica faixa etária²). Esta segunda turma vem tendo contato com a disciplina quase integralmente³ em formato presencial, ainda que durante a maior parte do tempo com a exigência de uso de máscaras.

Uma característica comum às duas turmas diz respeito a algo que vem sendo constantemente identificado por quem estuda a temática da composição familiar: há uma enorme diversidade no que diz respeito às pessoas que habitam a mesma residência deste conjunto de estudantes.

2.1 O retorno às aulas presenciais e experiências iniciais com tecnologias de informação

Quando apreciadas as faixas etárias das duas turmas, é possível afirmar que a maioria delas teve sua sociabilidade já mediada pelo advento da universalização do acesso à *internet*⁴. Tem sido recorrente, embora desconheçamos pesquisas já realizadas a este respeito, a constatação de docentes de diversos cursos de uma redução do hábito de leitura

- 2 Os dados acerca das duas turmas, recolhidos e tabulados, permanecem sob responsabilidade do docente que ministra a disciplina, sendo este artigo a primeira oportunidade em que eles são socializados publicamente.
- 3 Exceto em datas excepcionais, em função das condições de segurança no entorno da universidade em questão e de recomendações do Ministério Público local acerca de riscos no entorno da Universidade em algumas noites, em função de eventos esportivos com presença estimada de mais de 60 mil pessoas e da violência entre torcidas que persiste presente em praças esportivas nacionais e internacionais.
- 4 O que não significa acesso igualitário a informações e dados existentes neste meio, posto que há mediação de interesses privados nos planos de acesso à *internet*. Quanto a esta distinção, cabe registrar afirmação de um jovem morador da favela de Mangueiras, no Rio de Janeiro, em debate acerca da conjuntura nacional e das violações a direitos da população favelada realizado na biblioteca pública local em 2019. Incomodado com afirmação de palestrantes, que diziam não entender como parte importante da população local havia optado, eleitoralmente, pelo voto em perspectivas reacionárias para o governo federal, esta liderança local afirmou que os planos de internet possíveis de serem pagos pela juventude só permitiam, à época, acesso a determinados dados - dois tipos de conteúdo, escolhidos por seus contratantes. Entre jovens, a opção mais habitual era a utilização de uma rede social e do *whatsapp*, por onde costumavam ter contato com suas amigas, parentes, redes de sociabilidade. Na leitura do mesmo jovem, não era um acaso a opção pelo voto em Jair Bolsonaro para a presidência da República naquela oportunidade, posto que teria sido a candidatura que mais apostou nesta forma de comunicação e divulgação de ideias e versões sobre fatos que interferiram nas decisões eleitorais da população. A utilização do *whatsapp* como forma de campanha naquelas eleições presidenciais foi, posteriormente, amplamente reconhecida por pesquisas acadêmicas e/ou jornalísticas, gerando, inclusive, ações estatais voltadas para a tentativa de controlar a circulação de notícias falsas, conhecidas popularmente como *fake news*.

de textos por parte de estudantes de graduação. Experimentando o hábito da agilidade das informações em quantidades pequenas de caracteres, com a abreviação de termos da língua portuguesa para adequar suas mensagens a tais exigências etc., parece haver uma tendência relevante deste público de maior dificuldade de leitura de textos mais complexos, o que incide significativamente na qualidade dos debates e reflexões efetuados em sala.

Neste particular, cabe novo parêntese. Um dos argumentos utilizados para a recusa à leitura de textos das distintas disciplinas permanece sendo o fato da dedicação ao trabalho (realidade de 55% de componentes da primeira turma acima citada, e de 53% da segunda). Contudo, se é fato que a conquista das cotas raciais e sociais para ingresso à universidade favoreceu o acesso da população trabalhadora (especialmente segmentos negros e/ou empobrecidos) a cursos superiores, decerto estas instituições já recebiam estudantes com tais características, sem que a recusa à leitura comparecesse com tamanha frequência com esta justificativa. Eis mais um campo de pesquisa necessária para uma maior precisão em torno da identificação de tais razões e de seu imediato enfrentamento, sob pena de desqualificação da apreensão e diálogo sobre os conteúdos propostos para os cursos.

Há outras possíveis repercussões de tais sociabilidades. É preciso ter atenção para o fato de que no período recente, em função da dinâmica de distanciamento social imposta pela Covid-19 mundialmente, vivenciamos um período em que as relações sociais coletivas só estão sendo retomadas atualmente, e aos poucos. Mesmo que parte significativa da população não pudesse ficar em casa, conforme recomendação inicial de autoridades e pesquisas do campo da saúde, festas, reuniões, diálogos coletivos, shows, assembleias sindicais, atos públicos etc. vêm ocorrendo nos formatos pré-pandemia muito recentemente. O que estamos a afirmar?

Não há, em nossa leitura, como desconsiderar a importância e a centralidade obtidas pelas tecnologias de comunicação e informação e seus instrumentos (exemplo especial de celulares) em diversas dimensões da vida. A recusa de reconhecê-lo, sem perceber contradições potencialmente existentes e presentes, tende a desconsiderar uma nova materialidade posta para a vida de centenas de milhões de pessoas, certamente a maioria das que atualmente habitam o planeta. Isto não significa, contudo, assumir de antemão percepções – como aquelas presentes em parte das mobilizações sociais – de que a *internet* implicaria necessariamente em ampliação da consciente participação popular em decisões que importem para suas vidas. Ora, as apreensões mais críticas acerca das disputas por direitos em sociedades econômica e culturalmente desiguais demonstram a profunda intersecção existente entre direitos que Marshall (1967), em sua acepção

assumidamente liberal, classificou como “civis”, “políticos” e “sociais”, e suas derivações posteriores (“econômicos”, “ambientais”, “difusos” etc.)⁵. Por exemplo, a experiência com assembleias sindicais virtuais demonstra o quanto, embora importantes em momentos em que não era possível realizá-las em formato presencial, elas tendem a uma menor qualidade de diálogo, debate, deliberação sobre as pautas propostas.

Por outro lado, torna-se cada vez mais inviável a manutenção de formatos de convivência social que desconsiderem a utilização de meios de comunicação como parte de tais processos.

2.2 As entidades do Serviço Social brasileiro e estratégias de comunicação

Tal realidade não tem passado despercebida pelas organizações políticas do Serviço Social brasileiro. É fato que os primeiros destes coletivos que se aperceberam deste fenômeno e se dedicaram à reflexão, produção de políticas, realização de eventos e outras iniciativas sobre comunicação foram os conselhos regionais e Federal de Serviço Social (conhecidos como Conjunto CFESS/CRESS). Seminários nacionais e regionais de comunicação; oficinas locais; profissionalização das ações; ampliação das formas de contato com a categoria profissional; políticas mais ousadas de publicação de reflexões e acúmulos realizados têm sido uma constante neste âmbito, com avanços e eventuais retrocessos⁶.

O exemplo que nos parece mais profícuo acerca de tal preocupação é a aprovação de políticas de comunicação de nossas entidades nacionais. Novamente iniciadas pelo

5 Tem crescido a ocorrência de relevante crítica a tais proposições marshallianas, a exemplo das presentes em Abreu (2008) e em Ruiz (2014).

6 Por exemplo, consideramos um avanço fenomenal a publicação da edição trilingue – português, espanhol e inglês – do código de ética de assistentes sociais no Brasil e do conteúdo da Lei de Regulamentação do Serviço Social no país (8.662/93), promovida pelo CFESS (2019). Ela é parte importante da disputa em torno do sentido social da profissão mundo afora, com particular atenção para países latino-americanos. Há, contudo, algumas políticas fundamentais que foram interrompidas ou descontinuadas, como a produção de revistas (como a *Inscrita* – do CFESS – ou a *Em Foco* – do CRESS-RJ), em função de elementos como custos, equipes de recursos humanos, polêmicas acerca da característica das entidades, dentre outros. Em uma conjuntura em que a crise do mercado editorial brasileiro acentua o processo de mercadorização da divulgação do conhecimento produzido (com cobranças por publicações de artigos, livros, coletâneas etc.), estratégias alternativas e gratuitas de circulação de tais reflexões, fundamentais para a defesa da direção social hegemônica na profissão, precisam ser repensadas e, a nosso ver, urgentemente retomadas.

Conjunto CFESS/CRESS há alguns anos (CFESS, 2016), uma das melhores e mais recentes notícias acerca do mesmo tema é a aprovação, prevista em princípio para o Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social para o qual este artigo é apresentado, da Política de Comunicação da ABEPSS (ABEPSS, 2022). Em ambas as políticas encontramos reflexões importantes acerca do papel da comunicação na constituição da espécie humana, ainda que outras espécies animais se comuniquem em suas limitadas – mas diversas e pouco conhecidas por nós⁷ – formas possíveis por sua constituição biológica. Tais políticas registram uma recorrente, legítima e correta preocupação com a qualificação do contato com assistentes sociais e docentes dos cursos de Serviço Social, de forma a aprimorar o diálogo com as direções das entidades, potencializar as lutas desenvolvidas, divulgar orientações, análises e percepções conjunturais. Recomendamos fortemente o conhecimento e a difusão da existência de tais instrumentos, fundamentais para o enfrentamento da conjuntura contemporânea.

Há, contudo, um ainda tímido processo de articulação entre o exercício profissional cotidiano (inclusive no âmbito da docência universitária) e novas estratégias possíveis de comunicação⁸. Este nos parece ser um importante desafio que bate à porta no que diz respeito à defesa da qualidade do trabalho profissional, inclusive no âmbito da docência.

Uma iniciativa muito bem-vinda do ponto de vista de tal momento conjuntural seria a realização e socialização de levantamentos, pelas comissões de comunicação existentes no âmbito das entidades profissionais e por espaços acadêmicos como núcleos de pesquisa, projetos de extensão etc. de experiências de articulação entre instrumentos de comunicação e o exercício profissional cotidiano. Os próprios eventos nacionais da profissão (como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e os próprios ENPESSs) têm recebido, ainda que em número pouco significativo em relação ao total de trabalhos inscritos, artigos, relatos de experiência e proposições acerca desta inter-relação, que contudo persiste como tema a ser estudado com maior rigor e afinco, fundamentalmente no que diz respeito a sua articulação com a produção de conhecimentos e o trabalho profissional cotidiano desenvolvidos por assistentes sociais.

7 Pouco circula entre nós a informação, por exemplo, de que determinadas espécies animais têm inúmeras formas de se comunicar para anunciar perigo, paradeiro de alimentos, sede etc. (HARARI, 2015, p. 30-31; ENGELS, 2013).

8 Ainda que já possamos encontrar teses – algumas publicadas em livro – como as de Figueiredo (2018), Veloso (2011) e Sgorlon (2021), que abordam de formas distintas e em diferentes aspectos tais relações. Não tivemos, até o momento, condições de desenvolver uma pesquisa de maior fôlego acerca de outras produções, inclusive nos níveis da graduação e das distintas pós-graduações em Serviço Social.

2.3 Possibilidades alternativas de articulação entre tecnologia de informação e formação

Uma das exigências postas nesta conjuntura no que diz respeito à formação profissional é a descoberta coletiva de formas de sua utilização para pesquisa, diálogo, socialização de conteúdos etc. Por exemplo, a habilidade das novas gerações com a geração de conteúdo em vídeo e áudio tem se mostrado uma importante ferramenta de divulgação de ideias e opiniões sobre a conjuntura e diversos fatos da vida, o que pode ser constatado em redes como *twitter*, *tiktok*, *instagram*, *facebook*, *youtube* e outras (embora cada qual com públicos distintos e formatos característicos de comunicação). Esta mesma facilidade tem sido demonstrada em apresentações de trabalhos acadêmicos e outros momentos de reflexão coletiva.

No âmbito da sala de aula é preciso enfrentar o desafio de que se ampliam as dificuldades de disputar atenção de estudantes para os conteúdos abordados, por maior que seja o esforço e o interesse coletivo. Com suas preocupações voltadas para situações que ocorrem e são relatadas em tempo real por distintas fontes, o recurso ao celular tem sido constante em momentos de baixa concentração nas atividades coletivas, inclusive as acadêmicas.

Em nossa ainda tímida experiência a este respeito, temos tentado desenvolver estratégias simples, mas que têm nos levado à reflexão de novas possibilidades, de maior fôlego e melhor resultado, da utilização de tais instrumentos de comunicação no processo de formação.

Docentes certamente sabem que em várias de nossas aulas nos lembramos, repentinamente, a partir de nossas próprias reflexões e/ou de provocações e questionamentos feitos nos debates em sala, de citar determinadas obras como importantes referências ou contribuições para novos estudos e pesquisas estudantis. A solicitação de busca imediata de informações de dados de tais bibliografias, de forma a socializá-las já em aula, tem feito eventualmente com que estudantes retomem atenção e envolvimento com os diálogos. Demonstra, de alguma forma, a possibilidade de qualificar a utilização (quase inevitável) de celulares durante as horas que duram as atividades didáticas.

O mesmo vale para o uso (muito constante na linguagem profissional no Brasil) de

siglas para nos referirmos a determinadas políticas públicas – casos do SUAS, do SUS –, a benefícios (como o BPC), ao significado do nome de entidades de pesquisa e outras dimensões, como DIEESE, CBCISS, câmaras nacionais existentes no âmbito do Ministério da Educação etc. Quando se convoca estudantes a contribuírem com a busca de tais conteúdos, em geral este singelo procedimento tem significado despertar novas curiosidades (como o sentido de tais políticas, a função das entidades e organizações citadas), exercitar o hábito constante de utilização de tais recursos em benefício da formação e da informação coletivas etc.

Outra possibilidade a se aprofundar é aquela que diz respeito a metodologias de avaliação. É comum, entre docentes e estudantes (e inclusive no âmbito do movimento estudantil), a constatação de que as estratégias mais recorrentemente utilizadas para aferir níveis de conhecimento relacionados às disciplinas são insuficientes para apreender como efetivamente se dá o aprendizado coletivo e recíproco em sala de aula. Formas de avaliação permanecem necessárias, uma vez que geram elementos mais concretos para identificação do acerto ou do erro de estratégias didáticas, ou mesmo da apreensão dos conteúdos fundamentais da formação profissional por estudantes. Não se trata apenas da gestão do aprendizado de cada conteúdo previsto pelo curso, mas de possíveis repercussões futuras no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados à população, uma das preocupações centrais dos onze princípios fundamentais do código de ética de assistentes sociais vigentes no Brasil (CFESS, 2019). Tais processos avaliativos, contudo, não precisam se manter no âmbito da lógica da apreensão individual de conteúdos, ou do decorar conhecimentos que, por vezes, tendem a virar mantras que estudantes repetem para conseguir aferir seu desempenho em provas, mas sem conseguir explicitar seu conteúdo quando se provoca a tal tarefa⁹. Estratégias mais coletivas de avaliação, em que – a exemplo do que precisarão fazer em seu trabalho cotidiano futuramente, como assistentes sociais, para a produção de pareceres sociais, estudos e outras manifestações profissionais – seja possível a consulta qualificada a conteúdos podem (e devem, a nosso ver) serem mais utilizadas ao longo da formação profissional. Em nossa experiência recente a simples autorização para que as avaliações sejam feitas com consulta (inclusive a conteúdos existentes na *internet*), seja em sala ou em residência, tem viabilizado uma experiência alternativa de diálogo e de produção

9 No que diz respeito ao presente artigo, é o caso do processo em que, ao buscar satisfazer necessidades, seres humanos transformam a natureza e se autotransformam. A primeira parte da afirmação marxiana é facilmente apreendida e exemplificada por estudantes quando debatida em sala. Contudo, quando se solicitam exemplos acerca de como ocorre a autotransformação humana que nos leva ao processo dialético de produção de novas e incessantes necessidades, o silêncio ou a dúvida são os resultados mais habituais.

das respostas estudantis às questões e aos desafios que lhes são propostos.

Obviamente isto leva a outra seara, já reconhecida e minimamente abordada por profissionais responsáveis pelas corretas formas de citação de fontes e pelo reconhecimento da qualidade, veracidade e seriedade de produções divulgadas pela *internet*: o risco de plágio. Em distintas experiências cotidianas em sala de aula tem se mostrado necessidade recorrente a orientação de como proceder ao devido reconhecimento de outrem pela produção de afirmações acerca do tema abordado. Também tem sido necessário desconstruir o hábito da “cópia e colagem”, relativamente comum nas novas gerações de estudantes. Ao mesmo tempo, a autorização a utilização de dados presentes em produções acessíveis pela *internet* tem nos gerado dúvidas acerca da efetiva leitura, por estudantes, dos textos propostos pelos programas das disciplinas. Tais desafios têm sido enfrentados através do diálogo franco e aberto com as turmas acerca de tais procedimentos, incentivando e elogiando a busca por novos conhecimentos e reflexões, mas sempre buscando identificar e apreender as razões pelas quais, quando ocorrem, citações a outras fontes que não as obrigatórias nas ementas acabam sendo o recurso preferido.

3. CONCLUSÃO

Temos plena convicção de que as reflexões aqui constantes são muito preliminares, quase singelas. Contudo, estas e outras várias possibilidades de utilização de tecnologias da informação que se somem às atuais estratégias de formação profissional, sem substituí-las, parecem-nos não só serem inevitáveis: são profícuas, posto que dialogam diretamente com novas materialidades da vida das atuais gerações, que tendem – pelas características próprias deste campo tecnológico – a ser ainda mais desenvolvidas e assimiladas ao cotidiano do trabalho, do lazer, das relações sociais e de outras diversas esferas da vida social.

O diálogo sobre tais possibilidades pode compor parte das estratégias dos projetos políticos pedagógicos de nossos cursos. Também podem potencializar maior aproximação do conjunto do corpo docente de nossas unidades acadêmicas de realidades cotidianas que nem sempre são apreendidas em seus impactos sobre o processo de educação mútua existente na formação universitária.

Como procuramos evidenciar nas páginas anteriores, ainda que reconhecendo que o campo

comunicacional tem sido cada vez mais utilizado pelas estratégias classistas e capitalistas para gerar novos nichos de lucratividade em novo momento de crise estrutural do capital, nossa capacidade de seres e indivíduos sociais de intervir em realidades complexas, explorando suas contradições e potencialidades e evidenciando seus limites, deve permanecer no campo teleológico dos desafios a serem enfrentados na formação em Serviço Social.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política de Comunicação da ABEPSS** – versão para debate público. Brasília: ABEPSS, junho de 2022. Disponível em < <https://bit.ly/3R9agE1> >. Acesso em: ago/2022.

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos**. Cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. (Pensamento Crítico, v. 10)

BUCCI, Eugênio. Ainda sob o signo da Globo – o espaço público no Brasil. In: KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Comunicação CFESS/CRESS**. 3ª edição. Brasília: CFESS/CRESS, 2017. Disponível em < <https://bit.ly/2KITZru> >. Acesso em: ago/2022.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8662/93 de Regulamentação Profissional. Edição trilingue. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em < <https://bit.ly/3CBSG7T> >. Acesso em: ago/2022.

CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação Pública e Assistência Social: conexão entre os direitos humanos e a democracia**. São Paulo: Biografia, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens** – uma breve história da humanidade. 3ª edição. Porto Alegre (RS): L&PM, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Plataforma Intervozes para a efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intervozes, 2009. Disponível em < <https://bit.ly/3PURfEm> >. Acesso em: ago/2022.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro 1: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza Ruiz. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Comunicação como direito humano. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza Ruiz (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 82-102.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. **A comunicação como estratégia política no Serviço Social**. Curitiba: CRV, 2021.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.